

Um centro social para proteger os migrantes

Dois bilhões de cruzeiros já foram gastos nos 360 projetos aprovados pelo programa de Centros Sociais Urbanos, dos quais 60 já estão em funcionamento e 215 em construção, esperando-se que, em julho de 79, de 600 a 700 projetos estejam definidos e aprovados. Esses estudos procuram resolver a problemática da migração nas áreas populacionais de baixa renda.

No Distrito Federal, a secretaria do Bem-Estar Social está concluindo um projeto de implantação dos CSUs na Ceilândia para daqui a um ano (o projeto arquitetônico já está pronto). Inicialmente, declarou o diretor dos CSUs, Marcus Vinícius Villaça, "nós tivemos o desejo de implantar uma rede de 4 ou 5 centros primeiramente no DF, mas por motivos alheios à nossa vontade não foi possível, o que dificultou muito o nosso programa, porque os primeiros CSUs ficaram prontos em lugares distantes da sede do Programa, o que nos obrigou a uma fiscalização onerosa e análises difíceis".

OS CENTROS

O governo, em 1975, concluiu uma série de estudos que vinha fazendo na área político-social e dos ministérios. Em resposta a esses estudos foi criado, pelo decreto presidencial 75.922 de julho de 1975, o programa dos CSUs. As linhas básicas do programa foram entregues à Comissão Regional de Regiões Metropolitanas que, juntamente com os seis ministérios da área social (Planejamento, Saúde, Previdência Social, Educação, Trabalho e Interior) instalaram o programa em âmbito nacional. Os CSUs trabalham em 3 níveis de governo: prefeitura, estado e governo federal, num sentido vertical e, no sentido horizontal, a coordenação dos serviços sociais em cada um dos setores.

A idéia central do programa de Centros Sociais Urbanos é dar oportunidade de um lugar para os serviços de atendimento social, promovendo a integração das comunidades sociais urbanas das metrópoles e cidades de médio porte que se ressentem com os problemas de desagregação social, migração e marginalização nas áreas populacionais de baixa renda e conjuntos habitacionais.

A partir dessa idéia, declarou o diretor dos CSUs, "nós optamos por correr os riscos e ao invés de ficarmos elucubrando teorias, escolhemos fazer, para ver o que acontecia. Logicamente, tomado o máximo cuidado e investir recursos com o máximo de

segurança, implantando e corrigindo as falhas. O programa é esse, tem deficiências, mas venceu cronogramas e tem nos dado alguns sucessos bem estimulantes".

O programa tem tido mais êxito no norte e Nordeste. A adesão destas regiões foi mais profunda. No Sul e Sudeste nós não tivemos a sintonia que esperávamos. Apesar de nessa área as comunidades serem culturalmente mais favorecidas era de se esperar que elas contribuissem mais, o que não ocorreu. Por isso 50% dos nossos centros estão no Nordeste e também a metade dos investimentos foram para lá", afirmou ainda o diretor dos CSUs.

OS RECURSOS

Em matéria de recursos, o CSUs tem alocados, em alguns casos, aplicados 2 bilhões de cruzeiros. Desse dinheiro 700 milhões são recursos não reembolsáveis que o Governo Federal transfere sem ônus para o estado. O FAS (Fundo de Apoio Social) da Caixa Econômica financia 900 milhões, em doze anos, e por um período de carência de três anos com juros subsidiados. O restante é complementação dos Estados e municípios com aproveitamento de recursos já existentes.

O Estado com maior número de centros é Pernambuco, com 49 unidades, 9 das quais já em funcionamento e 15 para serem inauguradas. Depois vem o Rio Grande do Sul, com 43 centros; São Paulo com 37 e Bahia com 33.

O programa cobre desde a cidade oriental do país, no Acre, até as fronteiras do sul, como é o caso de Uruguaiana. Os CSU têm obras concluídas dentro de alguns dias no Amapá e centros já implantados na Bahia — que tem 8 unidades, e estão para ser concluídas 9 em Goiás. Em Mato Grosso foi inaugurado um em Campo Grande; em São Paulo há 37 em andamento que ficarão prontos em junho e setembro deste ano; no Rio de Janeiro já há um em Niterói, um em Marabá, (que tem conhecidos problemas de inundação); no Rio Grande do Norte já está funcionando uma rede bem grande, com 7 centros.

O FUNCIONAMENTO

Os CSUs funcionam basicamente orientado por 2 conselhos: um consultivo — composto por técnicos da entidade que prestam serviços no centro e outro comunitário.

Funciona em cada unidade uma área de esportes e lazer de massa, com

pequenos campos de futebol e quadras polivalentes, respeitando sempre as preferências locais e sublocais. Os projetos também atendem as áreas culturais, com um posto do Mobral e uma biblioteca, voltada para os interesses da clientela dos CSUs. Outro setor chave é o de profissionalização que, em cooperação com o Pipmo, oferece cursos de formação profissional. Os cursos mais procurados pelos associados dos CSUs são: culinária, corte e costura e datilografia. Há, ainda, um programa de artesanato que tem dado muito resultado. Eles funcionam com uma cooperativa para a venda do artesanato feita no centro. A área de saúde é a mais contida porque os centros não têm interesse em transformar suas sedes em postos de saúde com filas enormes e pouco eficientes — dá-se maior importância à medicina preventiva com vacinação em massa.

O centro também desenvolve ação no sentido de financiar microempresas que até agora não sabiam como aproveitar os financiamentos do BNDE nesta área. As assistentes sociais dos CSUs, juntamente com um funcionário do banco, montarem projetos para financiar um grande número dessas empresas.

O programa conta, ainda, com a cooperação das universidades na feitura de projetos e cursos de extensão universitária junto aos centros e tem também a colaboração do Projeto Rondon, que empresta seus participantes para atuar nos setores de esporte, educação e saúde.

INSTALAÇÕES SIMPLES

Os centros são projetados com muita simplicidade e nenhuma sofisticação, atendendo as características de cada região. «Não há modelos enlatados», afirmou o diretor do CSUs. A preocupação com a simplicidade está na preocupação de não agredir as comunidades com instalações luxuosas e pouco funcionais.

«Um ponto interessante a se ressaltar é que está provado que quando a comunidade contribui, ainda que simbolicamente, a utilização e preservação dos centros é muito mais operante. Por isso a comunidade paga uma taxa para usar os centros. Isso evita também o paternalismo e a idéia de que o governo está doando alguma coisa. Essa contribuição força uma tomada de consciência por parte da comunidade, que se sente responsável e toma iniciativa quanto ao funcionamento dos centros», declarou Marcus Vinícius.